



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ARIVANIA BARBOZA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA COM O CUIDADOR ESCOLAR**

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

ARIVANIA BARBOZA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA COM O CUIDADOR ESCOLAR**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Área de Concentração: Educação Especial

Orientadora: Prof.^a. Me. Kátia Farias Antero

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729e Souza, Arivania Barboza de.
Educação especial na perspectiva inclusiva [manuscrito] :
um relato de experiência com o cuidador escolar / Arivania
Barboza de Souza. - 2019.
27 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Kátia Farias Antero ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Educação especial. 2. Cuidador escolar. 3. Inclusão
escolar. I. Título
21. ed. CDD 371.115

ARIVANIA BARBOZA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA COM O CUIDADOR ESCOLAR**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Área de Concentração: Educação Especial

APROVADO EM 20 / 08 / 2019

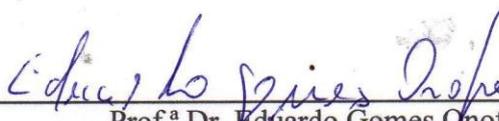
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Me. Kátia Farias Antero (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dra. Wanderleia Farias Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr. Eduardo Gomes Onofre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, que permitiu que eu chegasse até aqui, e aos meus filhos, Rafael Cleiton Barboza dos Santos, Ítalo Miguel Barboza dos Santos, e Guilherme Samuel Barboza dos Santos, que são minha inspiração para seguir em frente. DEDICO

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL, LEI Nº 9394/96 cap. V art. 58).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA BREVE DISCUSSÃO	9
3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	11
3.1 O Cuidador na Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	12
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	13
4.1 As escolas campo de atuação.....	14
4.2 A experiência do cuidador na Rede municipal de ensino.....	14
4.3 Analisando as perspectivas e desafio da experiência do cuidador escolar	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	20
ANEXOS	22
ANEXO – PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR (A)	23

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O CUIDADOR ESCOLAR

SPECIAL EDUCATION IN THE INCLUSIVE PERSPECTIVE: AN EXPERIENCE REPORT WITH THE SCHOOL CAREGIVER.

Arivania Barboza de Souza¹

RESUMO

O trabalho desenvolvido pelo cuidador escolar está imerso a muitas dificuldades e desafios que precisam ser superados. Nesse sentido, a produção desse artigo surgiu de algumas experiências, da autora, vivenciadas em cinco escolas e uma creche da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande – PB. A atuação foi realizada em turmas desde a educação infantil ao terceiro ano do ensino fundamental. Portanto, o objetivo deste trabalho é verificar quais as perspectivas e desafios do Cuidador Escolar no processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Como objetivos específicos pretendemos discutir quais as atribuições do cuidador escolar; identificar as dificuldades do cuidador escolar de crianças com deficiência, no processo de inclusão da rede regular: analisar a experiência do cuidador no processo de inclusão na escola regular, dos alunos com deficiência. O percurso metodológico está envolto a leituras que fundamentam essa pesquisa com base nas contribuições de estudiosos como: Mantoan (2003), Mazzotta (2005), e Jannuzzi (2006), e ainda pautada na legislação vigente que trata da Educação Especial e trata-se, então, de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Concluímos que o trabalho evidencia a necessidade de refletir e ajustar a inserção na prática do cuidador, nas escolas regular de ensino, do município de Campina Grande-PB

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Cuidador Escolar.

ABSTRACT

The work developed by the school caregiver is immersed in many difficulties and challenges that need to be surpassed. In this direction, the production of this article arose from some backgrounds of the author, experienced in five schools and one day care center of the municipal school system of Campina Grande - PB. The performance was held in classes from early childhood education to the third year of elementary school. Therefore, so the objective of this paper is to verify the perspectives and challenges of the School Caregiver in the process of inclusion of students with disabilities in the regular school system. As specific objectives we intend to discuss what the school caregiver's attributions; to identify the difficulties of the school caregiver of children with disabilities in the process of inclusion of the regular network: to analyze the experience of the caregiver in the process of inclusion in

¹ Graduanda em Pedagogia – UEPB. arivaniabds@hotmail.com.

the regular school of students with disabilities. The methodological path is surrounded by readings that support this research based on the contributions of scholars such as: Mantoan (2003), Mazzotta (2005), and Jannuzzi (2006), and still based on the current legislation that deals with Special Education, as it is a qualitative research of exploratory nature. We conclude that the work highlights the need to reflect and adjust the insertion in the practice of the caregiver in the regular schools of Campina Grande-PB.

Keywords: Special Education. Inclusion. School caregiver.

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a oferta de educação a pessoas com deficiência na escola regular, vem se modificando com o passar dos anos. Tendo em vista que se passou a compreender que a educação é um direito de todos. Nesse sentido, começa a surgir no Brasil, sob influência norte - americana, as primeiras iniciativas de atendimento ao deficiente, inicialmente com atendimento ao cego e ao surdo através da criação de institutos destinados a pessoas com deficiência visual e auditiva e, mais tarde, expandindo o atendimento a pessoas com deficiência intelectual.

Percebe-se que esse atendimento ao deficiente acontece principalmente sob duas vertentes; a médico-pedagógica e a psicopedagógica devido ao fato de que foram profissionais da área da medicina e psicologia os primeiros profissionais a interessar-se por prestar atendimento pedagógico a esse público. A partir desse contexto notou-se a necessidade de criar espaços destinados não só ao atendimento medico e psicológico, mas também destinado à educação dessas crianças. Com isso, tem início a criação de instituições escolares junto a hospitais psiquiátricos. O Brasil chegou a ter mais de 800 escolas especializadas em educação de pessoas com deficiência intelectual, além de associações voltadas ao atendimento dessas pessoas.

Alguns anos mais tarde, a educação especial passa a ter caráter inclusivo, tendo em vista a garantia de atendimento na rede regular de ensino aos alunos que apresentam alguma deficiência. Com a evolução da inclusão escolar, o intuito é que os alunos, público alvo da educação especial, estudem nas mesmas escolas que estudam os alunos que não tem deficiência, mas contando com a oferta de apoio do atendimento educacional especializado, bem como, quando necessário for, com a presença de outro profissional que possa atender de forma mais específica esse aluno. Vale ressaltar que é preciso considerar que algumas deficiências requerem um atendimento mais específico, e às vezes individual, durante o período de permanência do aluno, na classe comum, bem como em todo ambiente escolar.

E é nesse contexto que surge a figura do Cuidador Escolar. Esse profissional é inserido na escola regular para prestar auxílio individual, ao aluno publico alvo da Educação Especial Inclusiva, fazendo parte de suas funções, ajudar a criança em sua locomoção comunicação, higiene, bem como mediar atividades pedagógicas que este não tenha condições de realizar sozinho.

Compreendendo que ter o auxílio de um cuidador escolar é direito do educando, um questionamento nos impulsiona a pesquisar: Quais as perspectivas e desafios do cuidador escolar no exercício de suas funções? Vamos considerar algumas hipóteses, como: acredita-se que a presença do cuidador escolar ajudará o aluno em suas necessidades diárias, como por exemplo, locomoção e higienização; auxilie o professor na execução das atividades proporcionada para o aluno; bem como facilita a comunicação entre o educando e demais funcionários, e colegas na escola.

A importância dada ao interesse de pesquisar sobre essa temática justifica-se, pela extrema relevância que tem o cuidador na inclusão dos alunos com deficiência, na rede regular de ensino, e o desempenho do cuidador escolar nesse processo.

Este artigo tem como objetivo geral verificar quais as perspectivas e desafios do Cuidador Escolar no processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Como objetivos específicos pretende-se discutir quais as atribuições do cuidador escolar; identificar as dificuldades do cuidador escolar de crianças com deficiência, no processo de inclusão da rede regular; analisar a experiência do cuidador no processo de inclusão na escola regular, dos alunos com deficiência.

Este estudo caracteriza-se por ser um relato de experiência o qual teve como embasamento teórico, os autores: Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), Marcos Mazzotta (2005), e Gilberta S de M Jannuzzi (2006), entre outros. Para elaboração deste artigo, levou-se em consideração a experiência vivenciada pela autora no ano de 2018, como cuidadora escolar em cinco escolas e uma creche da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB, utilizamos ainda como recursos caderno para anotações e observações.

Este trabalho encontra-se dividido em três tópicos, o primeiro que trata da Educação especial: uma breve discussão. O segundo fala da Educação Especial Inclusiva, com um subtópico, que trata do cuidador na educação especial inclusiva. E o terceiro tópico que aborda a apresentação e discussão dos dados, e encontra-se dividido em três subtópicos, sendo o primeiro falando das escolas campo de atuação, o segundo da experiência do cuidador na rede regular de ensino, e o terceiro analisando as perspectivas e desafio da experiência do cuidador escolar.

Essa pesquisa é valorosa para todos que desejam conhecer mais a respeito dessa temática, percebendo a importância da inclusão escolar na sociedade brasileira, a saber, da importância da figura do cuidador escolar, bem como das perspectivas e desafios do mesmo no processo de inclusão do aluno público alvo da Educação Especial Inclusiva.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA BREVE DISCUSSÃO

Na época do Brasil colônia nenhum tipo de atenção, por parte do poder público era voltado ao deficiente, a situação dessas pessoas era de total abandono, essa realidade só começou a mudar com a instituição de entidades filantrópicas, voltadas para esse fim. No entanto foi somente ao final do século XIX, que houve a criação de instituições governamentais direcionadas a educação de deficientes visuais e auditivos.

Segundo Mazzotta (2005, p.28-30) pode-se dizer então, que as primeiras iniciativas ocorridas no Brasil para o atendimento educacional do deficiente se deu com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, que mais tarde passou a se chamar Instituto Benjamim Constant, (IBC), e com a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, que anos depois passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos, (INES). Destaca-se também a criação de um espaço para as pessoas com deficiência intelectual em 1874, o então Hospital Estadual de Salvador, Bahia, o qual posteriormente recebeu o nome Hospital Juliano Moreira. A iniciativa para a fundação desses institutos se deu por parte de pessoas ligadas ao imperador, D. Pedro II, que fortemente influenciadas por outras que tiveram oportunidade de conhecer um pouco de como o atendimento ao deficiente se concretizava na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, e interessou-se por tentar implantar no Brasil essas experiências.

Mesmo sem atender a demanda de Pessoas cegas e surdas, a implantação desses institutos possibilitou outro olhar em relação a esses educandos, tanto que conforme Mazzotta (2005, p.29):

[...] a instalação do IBC e do INS abriu possibilidade de discussão da educação dos portadores de deficiência, no 1º Congresso de Instrução Publica, em 1883, convocada pelo Imperador em dezembro de 1882. Entre os temas do referido congresso figurava a sugestão *de Currículo e formação de professores para cegos e surdos*. O prestígio desses Institutos, diretamente ligados ao governo central, pode ser evidenciado, por exemplo, pelos recursos financeiros a eles destinados. (GRIFO DO AUTOR).

Nota-se que o interesse da sociedade na educação da pessoa com deficiência parte principalmente do próprio deficiente, bem como de pais de crianças com alguma necessidade especial, seja física ou intelectual. Percebe-se também que não é de qualquer pai, mas daqueles que tiveram a oportunidade de uma boa educação, geralmente, médicos entre outros profissionais. Nesse contexto, evidencia-se que o atendimento a esses deficientes enveredava por duas vertentes: a médico - pedagógica, e a psicopedagógica, caracterizadas pela influência da psicologia. Segundo Jannuzzi (2006, p. 31):

O despertar dos médicos nesse campo educacional pode ser interpretado como procura de respostas ao desafio apresentado pelos casos mais graves, resistentes ao tratamento exclusivamente terapêutico, quer no atendimento clínico particular, quer no muitas vezes, encontro doloroso de crianças misturadas às diversas anomalias nos locais que abrigavam todo tipo de doentes, inclusive os loucos.

Com isso, percebendo a importância da pedagogia e verificando casos mais graves de crianças com doenças mentais; estas não deveriam estar inseridas juntamente aos adultos, expostas a situações no mínimo constrangedoras, tendo em vista que muitos desses adultos encontravam-se ali totalmente nus, cometendo obscenidades, entre outras coisas. Assim, os médicos tendo como objetivo separar essas crianças destes adultos criam instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos. Nesse sentido Jannuzzi (2006, p.37) afirma que:

em 1904, os médicos Juliano Moreira e Fernando Figueira fundaram o pavilhão Bourneville no Rio de Janeiro, anexo ao hospício da Praia Vermelha, que nasceu em razão das denúncias da comissão encarregada de investigar as condições de assistência a alienados no Hospício Nacional de Alienados e na Colônia da Ilha do Governador.

O pavilhão Bourneville tinha como objetivo não apenas tratar das anomalias dessas crianças, mas também a educação das mesmas, percebendo que de alguma forma seu estado mental poderia obter melhoras se expostas a um atendimento especial.

Desde a fundação do Instituto Benjamim Constant, (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos, (INES), várias outras instituições com atendimento especial, e estabelecimentos de ensino regular com classes especiais foram criados no intuito de prestar atendimento educacional especializado. Essas instituições tiveram enorme expansão evidenciada em 1961, como resposta aos vários tipos de deficiência existentes. No entanto, isso possibilitou ao poder público isentar-se de sua responsabilidade para com o deficiente, como afirma Romero (2006, p. 21):

[...] Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular.

Entre estas instituições algumas ficaram bem conhecidas por seus serviços prestados ao atendimento na educação especial. Exemplo desses estabelecimentos que perduram até os dias de hoje, é a Associação de Assistência à criança Defeituosa – AACD, fundada em 14 de setembro de 1950, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, inicialmente fundada no Rio de Janeiro e em São Paulo, a qual teve instalada no ano de 1964 a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff, com objetivo de profissionalização de adolescentes do sexo feminino com deficiência mental. Segundo

Corcini; Casagrande (2016 p. 8), Helena Antipoff (1892-1974), foi responsável pela criação do laboratório de psicologia aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de professores, em Minas gerais no ano de 1929, bem como propôs que a educação primária na rede comum de ensino se baseasse em classes homogêneas com a junção de crianças sem deficiência a crianças com necessidades. E em 22 de maio de 1971, segundo Mazzotta (2005 p. 40,47-48,) a APAE-SP inaugurou a primeira unidade multidisciplinar integrada no intuito de assistir deficientes mentais e formar técnicos especializados na área de deficiência mental, sob o nome de Centro de Habilitação de Excepcionais.

Na década de 80, o caráter assistencialista começa dar lugar a ações conjuntas, Mazzotta (2005 p. 105) dando continuidade ao estudo dos planos nacionais, diz que:

Em 29 de outubro de 1986, o presidente José Sarney institui, no Gabinete Civil da Presidência da República, a *Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE*. Tal medida veio concretizar a principal proposta apresentada por um comitê nacional instituído por Decreto Presidencial de 4 de novembro de 1985, “traçar uma política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiência, problemas de conduta e superdotadas”. A mencionada proposta constava do *plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente*, concluído em julho de 1986. . (GRIFO DO AUTOR).

Nesse contexto, a responsabilidade para com o público alvo da Educação Especial deixa de ser responsabilidade apenas de parte da sociedade sensibilizada com a situação desses indivíduos e passa a ser de incumbência também do poder público.

3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A Educação Especial como abordamos anteriormente, inicia-se basicamente em caráter assistencialista, a partir de 1970, a Educação Especial começou ser discutida mais efetivamente, por parte do governo através da implantação de instituições públicas e privadas, que atendessem o aluno deficiente. No entanto, esse modelo de educação tornou-se responsável por isolar esse aluno com necessidades especiais, da sociedade. Impossibilitando sua sociabilidade e, com isso, uma melhor qualidade de vida. Rogalski (2010, p.3) afirma que: “A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio”. Nesse sentido, surgiram novas ações voltadas ao deficiente desvincilhando-se do caráter médico, e focando mais no âmbito pedagógico, dessa forma as discussões e lutas referentes à inclusão escolar desses alunos se intensificaram e ganharam forças com movimentos como, a Conferencia Mundial de Educação pra Todos em 1990, na Tailândia, e a Declaração de Salamanca, em 1994, na Espanha. Esses movimentos consolidaram, certamente, os movimentos em defesa da inclusão a partir de novas discussões sobre a democratização do acesso à educação. Segundo Corcine, Casagrande (2016, p. 9):

A partir desses documentos norteadores, surge, com força total a Resolução CNE\CP nº 1\2002, como um instrumento legal que estabelece as Diretrizes Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, a determinação legal de que seja prevista nos currículos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior a formação docente que atenda à diversidade, abordando conhecimentos referentes às diferentes especificidades dos alunos com alguma Necessidade educacional Especial.

Dessa forma a Educação Inclusiva visa garantir que o aluno tenha um profissional qualificado para atendê-lo pedagogicamente de acordo com sua particularidade. Observa-se que a inclusão não se dá com a criação de salas especiais em escolas regulares, mas sim a adequação de toda a escola para receber essa criança, dando suporte as necessidades educacionais bem como de acessibilidade quando necessário.

A Declaração de Salamanca (1994, pp. 1-2) discute alguns princípios norteadores para uma educação inclusiva, os quais argumentam que:

- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, [...]
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

Em 1996 passa a vigorar a lei Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que em seu Capítulo V art. 58, dispõe sobre a Educação Especial, afirmando que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.(BRASIL,1996)

Faz-se necessário diferenciar a educação especial da educação inclusiva e considerar que mesmo havendo diferenças em seus conceitos, a educação especial está intrinsecamente ligada a educação inclusiva. A educação especial se refere à educação voltada à pessoa com deficiência, enquanto que a educação inclusiva é uma educação que deve atender além do deficiente, àqueles com algum distúrbio de aprendizagem, da mesma forma que atende as crianças sem necessidades educacionais especiais, com isso, na escola inclusiva, devem estar inseridos tanto alunos com alguma deficiência, quanto alunos que não possuem deficiência alguma, no intuito de poderem conviver e aprender juntos. É o que denomina Mantoan (2003, p.15) de: “cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

3.1 O Cuidador na Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Ainda na perspectiva de inclusão dos alunos, público alvo, da Educação Especial Inclusiva na rede regular de ensino, e visando melhorias na pratica, surge à figura do cuidador. O cuidador é o profissional que possui varias nomenclaturas e até funções diferentes, dependendo da região em que se encontra, mas que veio como estratégia de apoio a esse novo cenário escolar. Lopes (2018, p.28) expõe as terminologias mais usadas para esses profissionais conforme alguns autores:

Martins (2011) optou pelo termo Profissional de Apoio; Almeida, Siems-Marcondes e Bôer (2014) preferiram adotar o termo cuidadores; Araripe (2012), em uma perspectiva psicológica, optou por Acompanhante Terapêutico; Leal (2014) e Duque (2008) usaram o termo Agente de Inclusão. Outros nomes foram identificados na prática das escolas, tais como: profissional de apoio pedagógico, auxiliar de ensino, estagiário de inclusão, mediador, entre outros

Nota-se que há uma diversidade de denominação desses profissionais também na legislação brasileira, como observa Lopes (2018, pp. 29 – 30):

Na Resolução 02/2001 que, apesar de não serem os Profissional de Apoio, propriamente dito, pode-se considerar um profissional de suporte ao professor do ensino comum, apresentado nesse documento como professores especializados (BRASIL, 2001). Na política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o termo citado é cuidador ou monitor (BRASIL, 2008), na Resolução 04/2009, são descritas as funções, porém não é definido um nome que se refere a esse profissional e consta a descrição também outros profissionais. A nota técnica 19/2010 já faz referência aos profissionais de apoio, na Lei de proteção à Pessoa com autismo é citado como acompanhante especializado (BRASIL, 2012) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), o termo Profissional de Apoio é retomado

No entanto o termo utilizado neste artigo é o de cuidador. Nomenclatura usada no município de campina grande – PB, onde o presente estudo aconteceu.

Sabe-se que os investimentos em políticas referentes à Educação Especial, por parte do governo federal, foram bastante ampliados, através de ações como; formações continuadas para os profissionais da educação, diversas capacitações, implantação de salas de recursos multifuncionais, e recursos humanos, através da figura do cuidador. O cuidador escolar é de grande importância na perspectiva da inclusão social, tendo em vista que a inserção desse profissional na rede regular de ensino vem para garantir a possibilidade de que o aluno deficiente possa ser incluso em todas as atividades e ambientes escolar, já que faz parte das funções desse profissional, assistir o aluno em atividades como a de locomoção, higienização, comunicação, alimentação, além da ação de mediação dos conteúdos passados em sala de aula, percebendo que com a demanda de alunos numa classe regular, e a necessidade de um atendimento individualizado por parte dos alunos com necessidades educativas especiais, torna – se inviável uma atuação mais efetiva do professor, e nesse sentido, o cuidador está, para auxilia – ló na mediação dos conteúdos, contribuindo com o processo de ensino aprendizagem desses alunos. Nesse contexto, faz-se necessário que, para possibilitar que o cuidador dentre suas funções possa atuar como mediador das atividades curriculares propostas na sala de aula, o mesmo tenha como formação segundo Barbosa (2018, p.7):

o pedagógico; pedagogia e /ou ser graduanda do curso de pedagogia, critério determinado pela Secretaria Municipal de Educação, e após ingresso, os mesmos devem participam dos planejamentos com os demais professores e toda equipe escolar, concomitante, participam de formação continuada em serviço, mensalmente,

Essa exigência, na formação do cuidador que atende crianças com necessidade educativas especiais, nas escolas, fundamenta-se no fato de que esse profissional deve estar apto na mediação de conteúdos, que possibilitem o avanço desses educandos no processo de ensino-aprendizagem, como se verifica nos tópicos a seguir, através do relato de experiência desse profissional.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

O relato de experiência segundo Holliday (2006, p.21-22) consiste em sistematizar experiências vividas, levando em consideração a relação entre os fatos ocorridos. Dentre os quais estão; as condições do contexto no qual se desenvolvem a experiência, bem como, as situações particulares enfrentadas, as ações utilizadas para alcance do propósito definido, e as percepções, interpretações e intenções dos indivíduos que fazem parte do processo, dentre outros.

O relato de experiência é um texto descritivo, analítico e reflexivo, de determinada experiência, e que tem como finalidade contribuir com a área de conhecimento a qual esta relacionada. No entanto, embora escrito a partir de uma experiência particular, consiste numa narração analisada, objetiva e com aporte teórico, a partir do olhar do sujeito envolto na experiência.

Após refletirmos sobre o cuidador na educação especial inclusiva, nos conduziremos à experiência da cuidadora, contratado pela secretaria de educação (SEDUC) de Campina Grande – PB, para atuar em creches e escolas, da rede municipal de ensino.

4.1 As escolas campo de atuação

As escolas nas quais se desenvolveu a experiência do cuidador estão situadas no município de Campina Grande no Estado da Paraíba. Campina Grande é a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana é composta por 19 municípios. É uma cidade que além de ser um centro universitário, também se destaca pelos centros de capacitação para o nível médio e técnico. Além do mais, é tida como um dos principais polos industriais da região Nordeste, e um dos maiores polos tecnológicos da América Latina. Em Campina Grande estão situadas instituições que atendem pessoas com deficiência, entre estas estão; a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), o Instituto dos Cegos, a Escola de Deficientes de Áudio – Comunicação (ADAC); A Organização Papel Machê, e a Associação de Apoio a Criança Deficiente (AACD).

As escolas que serviram de cenário para experiência de atuação do cuidador, são municipais, situadas em diferentes bairros de Campina Grande, algumas com público que vai desde a educação infantil, até a EJA. A estrutura física das escolas e creche é variada, desde amplas até bem pequenas, com apenas três salas de aula, sendo, com exceção da creche, todas com secretaria, sala de professores, banheiros, cozinha, dispensa, almoxarifado, e nem todas contam com salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Recurso necessário a uma escola inclusiva.

4.2 A experiência do cuidador na Rede municipal de ensino

Minha atuação como cuidadora da rede municipal de ensino de Campina Grande, começou ainda no início da graduação no curso de Pedagogia da universidade Estadual da Paraíba (UEPB). No dia 11 de Março de 2016, uma funcionaria da Secretaria de Educação (SEDUC), esteve na UEPB, no turno da noite, selecionando estudantes que teriam interesse em trabalhar como cuidador na rede municipal de ensino de Campina Grande. Os interessados deveriam dar-lhe o nome e telefone, para iniciar as atividades nas escolas que fazem parte da demanda da educação especial inclusiva, imediatamente, na segunda feira dia 14 de Março de 2016. Com uma oferta de salário que, cobria qualquer remuneração oferecida pelos estágios extracurriculares, já que se trata apenas de um auxílio de custo, para quem opta por estagiar nas escolas da rede privada de ensino, que tem parcerias com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), entre outros.

No domingo dia 13 de Março de 2016, fui informada por telefone que começaria trabalhar no dia seguinte, em uma creche pela manhã e em outra escola à tarde, fui inteirada do nome das crianças, idade, e que uma tinha síndrome de Down, e a outra era cadeirante, esse foi o termo utilizado sem maiores descrições do aluno. E então a atuação como cuidadora teve início, cursando o quinto período de pedagogia, sem nenhum tipo de preparação específica na área de educação especial, porém, tendo começado a cursar naquele período uma disciplina com esse nome, mas que estava ainda no início.

No entanto, o ano que servirá de base para esse relato, será o de 2018, somente neste ano eu passei por cinco escolas e uma creche. Essas mudanças de escolas motivaram-se por vários fatores, dentre eles; saída da criança da escola, atender a aluno que era julgado como aquele mais necessitado de cuidados, licença da professora responsável pela sala. E por fim atender parcialmente, uma criança com laudo e que em virtude disso tem direito ao auxílio de um cuidador. Nas duas escolas que atuei inicialmente nesse ano, permaneci somente, por pouco mais de uma semana. Ao chegar à escola do turno da manhã, me apresentei à gestora, como fora orientada, e esta me falou que eu iria auxiliar a professora do 3º ano do fundamental I, com um aluno que tinha laudo de déficit de atenção, e tinha 8 anos de idade.

Ela inteirou que eu também ficaria responsável por mais dois alunos que não possuíam laudo, mas que segundo ela e a supervisora, eram alunos “problema”. Imediatamente, me reportei a uma das funcionárias da SEDUC, para me certificar se esse acerto com a gestora da escola procedia, pois em todas as formações que aconteceram uma vez por mês, foi informado que deveríamos estar com crianças que tivessem necessidade comprovado do cuidador, através de um laudo. Mas para minha surpresa, a funcionária da SEDUC esclareceu que tal fato poderia ocorrer, em concordância com o gestor (a). Consequentemente dirigi-me até a classe do terceiro ano, fui apresentada ao aluno regulamentado (com Laudo), e aos outros dois alunos que deveria dar auxílio nas atividades pedagógica, bem como ajudar a professora a conter a turma, que como foi exposto era uma turma “difícil”.

No turno da tarde, me dirigi a outra escola e chegando lá, a gestora não se encontrava, e a supervisora, juntamente com a professora da sala na qual eu iria ficar me apresentou ao garoto de sete anos que estava cursando o 2º ano do ensino fundamental I. A criança em questão, segundo foi passado, era autista com “grau leve”, não houve acesso a nenhum dos laudos dessas crianças citadas.

Havia passado mais de uma semana, quando atendi outra ligação, da referida funcionária da SEDUC, perguntando como era a criança com a qual estava, se a criança era calma, pois se fosse, poderia ficar sem cuidador. Descrevi o aluno, e ela então falou que eu mudaria de escola, desta vez, iria para uma localidade, bem distante, para atender uma determinação do ministério público que determinava a presença de um cuidador para a criança da unidade escolar em questão. Esta outra criança, também foi descrita como autista, estava cursando o 1º ano. No entanto a minha permanência na escola fora apenas aquela tarde, e no outro dia pela manhã, enquanto aguardava instruções a respeito da próxima escola que eu iria pela manhã, uma nova ligação da mesma pessoa, informou que eu não poderia ficar na escola que fui na tarde anterior, por haver, com as palavras que ela usou; “ *um cuidado batendo no outro*”.

Mais uma vez fiquei no aguardo de novas informações sobre meu destino, e novas instruções chegaram. Desta vez, fui transferida para dois bairros mais próximos da minha casa, a principio, eu acompanharia uma criança autista de oito anos pela manhã, e uma com retardo mental severo, de sete anos, à tarde, ambas no 1º ano. Ao longo da minha permanência nessas novas unidades escolares, fui substituída da professora regente da classe por diversas vezes, bem como de outras classes, tendo em vista que o aluno que eu acompanhava, frequentava a escola, intercaladamente, (dia sim, dia não), pois quem o levava à escola era o pai que trabalhava em dias alternados, por isso, era impossibilitado de deixar o filho todos os dias, e isso acontecia pelo fato de a mãe desse aluno não aceitar a condição do filho.

Segundo relato de outra cuidadora, a mãe desse aluno não exercia nenhuma atividade de trabalho fora de casa, mas, não se sentia confortável pra ir deixar o filho na escola, a ponto de não comparecer aos chamados da professora da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse aluno era uma criança que não interagiu com os outros alunos nem com funcionários da escola, pois não sabia se comunicar e necessitava de auxílio nas

necessidades básicas, como por exemplo, ir ao banheiro. Nesse sentido, a presença do cuidador era extremamente importante, para ajudá-lo na comunicação e auxílio pedagógico, sendo preciso até que eu segurasse o lápis por ele.

Percebi por diversas vezes, que o aluno era uma criança sem nenhum estímulo por parte dos pais, que este enquanto estava em casa, passava mais da metade do tempo, assistindo a vídeos no celular, conforme relatado pela mãe meses mais tarde, em uma das vezes que acompanhou o pai quando este foi pegar o aluno na saída da escola.

Nos dias previamente avisados que este aluno iria faltar, eu fui orientada a me dirigir até a classe do 3º ano, na qual havia uma criança de 12 anos, cujo laudo acabara de sair, e para o qual foi solicitado o cuidador, mas que a SEDUC afirmou, que não seria possível naquele período. Com isso, quando uma criança não frequentava a aula todos os dias, o profissional que o estivesse acompanhando seria deslocado nesses dias de ausência a outra escola que houvesse necessidade, neste caso fiquei na mesma escola, auxiliando essa outra criança, que no caso, o auxílio era pedagógico, pois este, se comunicava e locomovia com autonomia.

À tarde, o maior desafio, era impedir que o aluno, batesse nos outros alunos, tendo em vista que ele por várias vezes achava que as outras crianças estavam mexendo com ele. Outro fato que chamava atenção nessa criança era a sua baixa autoestima, isso se tornava evidente quando ele dizia que era “burro”, e que não aprendia, então todos os dias o maior desafio, era tentar retirar de seu pensamento que ele não aprendia, e que as crianças estavam dizendo ou fazendo algo com ele, que notadamente não estavam.

Um mês depois de iniciar nessa unidade, Chegou uma aluna que segundo o pai da mesma, era autista, além de outros fatores que afetavam sua coordenação motora, condições higiênicas dentre outras, e esta, estaria também aos meus cuidados. E então, surgiram inquietações, como; quantas crianças o cuidador deveria ficar, já que se fala de um atendimento individualizado, a aluna em questão deveria em virtude de sua especificidade, ter um atendimento totalmente voltado a ela, tendo em vista que era uma criança que se despia, e corria desordenadamente, pois tinha coordenação motora bem comprometida, e poderia se machucar, tanto por cair com facilidade, como agredir a si mesma, outro fator que vale ressaltar, é o fato de que o outro aluno, não queria estar perto da menina, tinha nojo dela pelo fato da mesma babar. Além do que, ele com auxílio pedagógico, poderiam chegar a algum nível de aprendizado, e nesse sentido ambos deveria ter auxílio individual.

Faltando dois meses para o término das aulas, novamente fui transferida, desta vez, pelo fato de o aluno sair da escola, então eu fui encaixada em outra escola pra auxiliar outro aluno autista, do Pré -II, pois a cuidadora designada para ele, assumiu a classe, substituindo a professora, que se encontrava na vigência de um atestado médico de 45 dias. Esse foi o período em que eu estive nessa escola. Ao término do atestado, a professora retomou suas atividades, e a cuidadora da criança a qual eu estava provisoriamente auxiliando, voltou ao seu posto, e mais uma vez, eu tive que mudar de escola. Desta vez uma creche, na qual havia um garotinho, de quase quatro anos, que necessitava de apoio, no tocante a questão de locomoção, já que em virtude de sua particularidade, caía com facilidade, e isso poderia prejudicá-lo. Mesmo assim foi só um “paliativo”, pois o aluno passava o dia na creche e só tinha apoio na parte da tarde.

4.3 Analisando as perspectivas e desafio da experiência do cuidador escolar

Como mencionado anteriormente, tendo em vista as particularidades do dia-dia na experiência do cuidador e as várias mudanças de unidade em apenas um ano, foram surgindo reflexões, a exemplo de; quantas crianças o cuidador deve auxiliar simultaneamente, como

fica o atendimento prestado, quando muda varias vezes de escolas, conseqüentemente de alunos em processo de inclusão. Como atender de forma satisfatória essas crianças, já que o trabalho do cuidador é por tantas vezes interrompido?

No presente relato de experiência percebe-se que uma das transferências da cuidadora foi para atender uma ordem do ministério publico que julgou necessária a presença de um cuidador, na escola a qual a cuidadora citada no relato, permaneceu somente por uma tarde, mas que em virtude dessa transferência deixou um aluno sem acompanhamento, o qual, devido a informações da profissional, era uma criança calma que permanecia em sala, e por isso julgou-se não precisar de cuidador para atendê-la. Essa transferência ocorreu pelo fato de não poder contratar cuidadores naquele período, segundo afirmou a funcionária da SEDUC então se fazia necessário remanejar alguém que já fazia parte da rede municipal de ensino.

Nesse sentido, é preciso refletir acerca do que dispõe Brasil (2015) Lei 13.146/15 no capítulo IV Art. 27 e 28 sobre o direito a educação das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, ou superdotação que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;(BRASIL, 2015)

Percebendo que segundo Ferreira (2017, p.23):

os significados impressos nesta lei são infinitos, dado a polissemia do texto que a constitui. Neste sentido ainda segundo a autora, incluso, neste público estão Gestores escolares, professores, alunos, famílias, cuidadores educacionais, e todos que compõe a comunidade escolar.

E é através destas afirmações que se percebe uma contradição entre o que está escrito no documento e a prática de inserção do cuidador na escola para dar apoio ao publico alvo da educação especial inclusiva, visto que, no relato de experiência do qual se trata este artigo, fui por diversas vezes, transferida de um local de trabalho a outro, conseqüentemente deixando de assistir a uma criança que conforme descrito na lei Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) deve ter seu direito a um serviço de apoio especializado assegurado, e este serviço é prestado pelo cuidador, sendo que o encaminhamento deste profissional à escola faz-se através de um ofício elaborado pela gestão escolar, e enviado a secretaria municipal de educação, tendo em anexo o laudo médico do aluno (a) comprovando sua dependência, mas que ainda recebera o parecer legal do setor responsável pela educação especial, o qual julgando imprescindível, fara o encaminhamento do cuidador aquela unidade escolar.

No entanto, algumas vezes um educando deixa de ser assistido por tal profissional, por ser identificado como sendo uma criança calma, e por isso não necessitar de apoio individualizado. Contudo, vale ressaltar que ser um aluno que está inserido dentro da classificação de alguém com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, ou superdotação, já esta implícito que este requer apoio individualizado, pois ser um sujeito calmo, não significa estar desenvolvendo-se no quesito aprendizagem. E é por isso que dentre as atribuições do cuidador escolar referentes à alimentação, locomoção higiene, lazer, estão também, a participação no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando o

professor da sala de aula regular, mediando o conteúdo ministrado, percebendo que em uma classe com 30 alunos, torna-se inviável um atendimento individualizado por parte desse professor.

Outro ponto a ser observado nessas mudanças do profissional cuidador escolar, é que a esse profissional também é incumbido, apresentar relatórios, e/ou portfólios, tanto à Unidade Escolar, quanto nas Secretarias Municipais de Educação, na sua Coordenação da educação inclusiva. Esses relatórios devem ser feitos a partir de um acompanhamento contínuo. No entanto, percebe-se que devido à instabilidade da cuidadora em sua permanência nas escolas é impossível redigir um relatório consistente sobre o desenvolvimento do aluno, em todos os quesitos mencionados anteriormente como atribuições do cuidador, pelo fato de que neste ano, não foi possível estabelecer uma relação contínua entre cuidadora/aluno com nenhum dos educandos. Com isso, impossibilitou que a cuidadora realizasse de forma satisfatória seu trabalho.

Refletindo acerca das perspectivas e desafios do cuidador escolar, percebe-se que além de não haver certa estabilidade para este, no quesito permanência no local de trabalho no decorrer do ano letivo, evidencia-se também, que ao término de cada ano, o cuidador muda de criança assistida, mesmo permanecendo na mesma escola. O motivo desta mudança, de acordo com o que é passado nas formações disponibilizadas para os cuidadores mensalmente, pela SEDUC, é que a criança não deve ficar dependente especificamente de determinado cuidador. Contudo, considerando-se acerca da questão da afetividade entre professor/aluno, percebe-se, que pode haver algum equívoco nesta norma, tendo em vista que a afetividade é de suma importância tanto no desenvolvimento psicológico da criança, quanto no processo de ensino-aprendizagem da mesma. Pois como afirma, Sant'Anna; Almeida; e Elias (2011 p. 16), "Observamos, portanto, a inigualável importância dos aspectos afetivos para o desenvolvimento psicológico; é por meio das emoções que o aluno exterioriza seus desejos e vontades".

Evidencia-se a importância das emoções, principalmente na relação cuidador/aluno, visto que em muitos casos, o cuidador assiste crianças que não falam, não sabem se expressar de outra forma, que não seja através de choro quando algo não está de acordo com seu desejo, ou um simples sorriso, quando algo a satisfaz ou alegra. As autoras Sant'Anna; Almeida; e Elias, (2001) citadas anteriormente trata da afetividade professor/aluno. Mas o cuidador é um professor, Já que para exercer a função de cuidador é necessário que o indivíduo esteja cursando pedagogia, ou tenha concluído a licenciatura em pedagogia.

Observa-se que o cuidador escolar, é o indivíduo que tem mais contato com o aluno público alvo da educação especial inclusiva, e criar um vínculo afetivo entre ambos, torna-se imprescindível para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem desse aluno, que como mencionado, muitos não conseguem expor o que sentem ou querem, é através da continuidade na relação do aluno com o cuidador, que é possível transmitir para todos que forma a comunidade escolar as necessidades e anseios do discente. Pode-se refletir sobre isso quando Sant'Anna; Almeida; e Elias (2011 p. 19) afirmam que:

O educador precisa estar sempre atento ao nível de entendimento e desenvolvimento de seus alunos. Para se organizar de forma a sanar dúvidas e suprir o que realmente o aluno deve compreender, o educador precisa ser claro, antecipar suas aulas, estar pronto para colaborar e entender o que pede o aluno naquele momento.

Entende-se que assim como o aluno dito "normal", a cada ano passa de uma série a outra, mudando conseqüentemente de professor, o aluno público alvo da educação inclusiva, também deve passar pelo mesmo processo, e evidencia-se que isso ocorre.

No entanto, nota-se que a alternância de cuidador exposta nesse estudo, influencia de forma negativa no desenvolvimento do trabalho do cuidador, no que se refere ao auxílio pedagógico, prestado por esse profissional as crianças assistidas por ele. Visto que, é com a rotina e a relação estabelecida entre cuidador/aluno, que possibilita a descoberta de uma melhor forma de alcançar progresso nas atividades que devem ser propostas pelo professor da sala de aula, e mediada pelo cuidador, notada a impossibilidade de o professor atender individualmente esse aluno. Dessa forma quando há a troca desse profissional, torna-se necessário começar do zero, uma nova relação de confiança para que se possa chegar a um método eficaz de obter progresso na evolução do aluno. E isso como mencionado anteriormente, dificulta na construção de um relatório satisfatório do aluno.

Refletindo acerca desse relato de experiência, pode-se perceber que o cuidador é de suma importância na inclusão de crianças deficientes na rede regular de ensino e que este desempenha importante papel no dia-dia com o aluno, mas que também ainda possui grandes desafios no desempenhar de suas atividades, bem como significativas perspectivas, referente, a sua participação na evolução do aluno público alvo da educação inclusiva.

A criança acompanhada, por mais tempo, foi o aluno com retardo mental severo com o qual a cuidadora teve suas expectativas de auxílio no desenvolvimento do mesmo, frustradas, pois quando enfim encontrara uma forma de conseguir ajudá-lo a evoluir no processo de ensino-aprendizagem, este tivera que sair da escola, e assim como ela, começaria tudo de novo. Por fim, a cuidadora foi designada para um aluno de creche com hidrocefalia, que apesar de suas dificuldades, se mostrou uma grande lição de vida, por ser uma criança extremamente alegre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho foi de suma importância para minha vida acadêmica e atuação profissional. Através da experiência vivenciada durante a construção desse estudo, percebi a importância do cuidador no processo de inclusão do público alvo da educação especial na rede regular de ensino. E com isso, ficou evidente a necessidade de pesquisar acerca da educação especial na perspectiva inclusiva relatando a experiência com o cuidador.

Com esse estudo pude identificar que o cuidador enfrenta muitos desafios, o maior deles, segundo este relato diz respeito à instabilidade que esse profissional tem em seu trabalho, devido as constantes mudanças de escolas e, conseqüentemente, de crianças assistidas por ele.

Percebi também que a atuação desse profissional na escola, ainda não acontece de forma clara para todos, e que dentre as dificuldades do cuidador, a maior delas diz respeito às repetidas transferências de escolas, que influenciavam de forma negativa no bom desempenho de suas atividades, principalmente de redigir os relatórios exigidos pela Secretaria de Educação, devido ao pouco tempo de convivência com o aluno.

No decorrer desse estudo, evidenciei que o cuidador escolar tem como perspectivas, no exercício de sua função, estabelecer uma boa relação entre aluno/cuidador, que propicie o bom desenvolvimento de suas funções referente à inclusão do aluno deficiente na rede regular de ensino. E que este enfrenta desafios nesse sentido, devido às reincidências de transferências sofridas pelo cuidador no decorrer do ano.

Utilizei para construção desse trabalho, a experiência vivenciada por mim no ano de 2018, em cinco escolas e uma creche da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB. Procurei dialogar com autores citados no decorrer do texto, e com a legislação vigente que fala da Educação Especial. Diante dessa metodologia, enfrentei dificuldade no tocante a uma

legislação mais específica sobre a inserção na prática do cuidador escolar na rede regular de ensino.

Diante do exposto nesse estudo conclui-se que se fazem necessárias reflexões e ajustes de como deve ser a inserção do cuidador na prática, nas unidades de ensino, com uma legislação mais detalhada, bem como uma nomenclatura uniforme para esse profissional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Verônica Marques da Silva. **O cuidador (a) e suas atribuições no contexto da Escola Inclusiva: experiência no sistema municipal de ensino de campina grande (PB)**. 2018, Disponível em:
<http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA6_ID1611_02082018181038.pdf> Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL, lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV, Art. 27, Art. 28, incisos X e XI. 06 jul. 2015.

BRASIL, Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, Capítulo V da Educação Especial**, 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf, > Acesso em: 03 de jul. 2019.

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. (*) **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho nacional de educação câmara de educação básica resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 (*)**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 04 jul. 2019.

CAVALCANTE, Allana Stherphane Barbosa. **A Inclusão Escolar de crianças com Síndrome de Asperger: Relato de Experiência**. Trabalho de Conclusão de Curso; (graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba. 2018.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov; CASAGRANDE, Maria de Castro. **Educação especial e sua trajetória histórico - política: uma abordagem crítica através de grupos de discussão**. 2016. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf> Acesso em: 11 ago. 2019

EDUCAÇÃO, Linha do Tempo: Educação Inclusiva, 2015. 1 vídeo (28:04 min). Publicado pela TV USP Bauru. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a4Ntfg98x1Y>> Acesso em: 27 abr. 2019.

FERREIRA, Silvilene Márcia. **O cuidador Educacional frente à profissionalização: Limites e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso; (graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba. 2017.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** In: HOLLIDAY, Oscar Jara. O que é sistematiza? Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2006. P. 21-22. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/42709776/para-sistematizar-experiencias-holliday>> Acesso em: 14 jul.2019

JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. In JANNUZZI, Gilberta S. de M. **Primeiras iniciativas de encaminhamento da questão.** 2. Ed. – Campinas. SP: Autores associados. 2006. – (Coleção educativa contemporânea). P. 6-37.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9899/LOPES_Mariana_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y> Acesso em: 04 jul. 2019.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003. *E-book*

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: História e políticas Públicas. In MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Atendimento educacional aos portadores de deficiência.** 5. ed. – São Paulo : Cortez. 2005. P. 15-105.

PORTAL DO MEC, Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial.** Uruguai, v.5 n.12 p. 3. jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4482065-Historico-do-surgimento-da-educacao-especial.html> > Acesso em: 15 ago. 2019.

ROMERO, Ana Paula Hamerski. **Análise da política pública brasileira para a educação especial na década de 1990:** Configuração do atendimento e atuação do terceiro setor. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. 2006. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2006-Ana_Paula_Romero.pdf> Acesso em: 27 jun. 2019.

SANT'ANNA, V.L. L; ALMEIDA, A.S.de; ELIAS, J.L.S. **A importância da afetividade na relação professor/aluno no âmbito escolar: crianças de 4 a 7 anos.** 2011. P.16 Disponível em: <[artigo 2 revista puc amanda e juliana prof vera - Periódicos PUC Minas periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/5798/5577](http://artigo2.revista.puc.amanda.e.juliana.prof.vera-Periodicos.PUC.Minas.periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/5798/5577)> Acesso em: 07ago. 2019.

ANEXOS

ANEXO – PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR (A)

PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR (A)



**PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR (A) DO PÚBLICO ALVO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

ANO: 2017

BIMESTRE

I	II	III	VI	RESULTADO FINAL
---	----	-----	----	-----------------

I Identificação: _

Nome da Criança:		
Escola:		
Pai:		
Mãe:		
Laudos/CID:		
Diretora:		
Professora da Sala Regular:		
Professora da Sala de Recursos Multifuncionais		
Cuidadora:		
Ano:	Turno:	Turma:

II - Condições: Saúde, Psicológica, Social, Escolar e Familiar:

Medicamento:		
Intolerância Alimentar:		
Alergia		
Neurologia (crises de epilepsia, outras):		
Agressão física?	Em caso positivo qual?	Motivo
Possível sinal/comportamento que possa indicar problema familiar? O que?		
Observou rejeição por parte do professor ao aluno especial, no processo pedagógico?		

III Processo de Adaptação da Criança/Bebê na Unidade Educacional (Escola e Creche):

--

IV Informações sobre as Atividades de Vida Diária (AVD):

APOIO PEDAGÓGICO	
VESTIMENTA	
LOCOMOÇÃO	
HIGIENIZAÇÃO	
ALIMENTAÇÃO	
AUTONOMIA	

V - CONSTRUÇÃO/APLICAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVAS SALA REGULAR E DE RECURSOS MULTIFUNÇÃOAIS

CONSTRUÇÃO DE RECURSOS	SIM	NÃO
IDENTIFICAÇÃO		
OBJETIVO		
APLICAÇÃO		

VI - RESULTADOS:



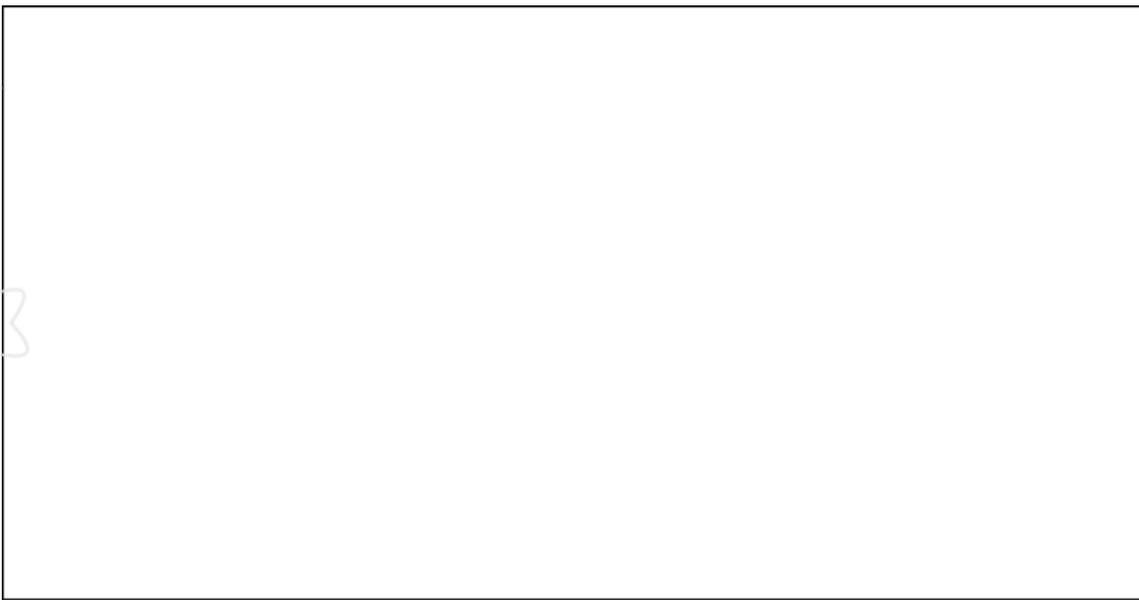
VII O QUE É NECESSÁRIO MELHORAR:



VIII¹ OBSERVAÇÕES:



IX - FOTOGRAFIAS:



Cuidador (a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus, por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida, principalmente naqueles mais difíceis.

Agradeço a Djalma Cleiton dos Santos, pai dos meus filhos, por de forma peculiar, me impulsionar, a persistir na minha trajetória acadêmica.

A meus filhos, Rafael Cleiton Barboza dos Santos, Ítalo Miguel Barbosa dos Santos, e Guilherme Samuel Barboza dos Santos. Que foram tão compreensivos, nas vezes que precisei leva-los para assistir aula comigo, meu muito obrigado!

Aos meus pais, Ari de Souza, infelizmente já falecido, a minha mãe Ivani Barbosa de Souza, que sempre me incentivou a estudar, aos meus irmãos, Amanda Barboza de Souza Guimarães Azevedo, Gabriel Henrique Barbosa da Silva, meus sobrinhos, Nicholas Barbosa de Souza Guimarães Azevedo e Nathan Barbosa de Souza Guimarães Azevedo, que sempre respeitaram e apoiaram minhas decisões.

A minha orientadora, Professora Mestra Kátia Farias Antero, que dispôs de seu tempo para sanar minhas dúvidas e me conduzir ao caminho certo na construção desse trabalho. Sendo além de tudo extremamente paciente.

A todos os professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPB, que se dedicam a multiplicar os conhecimentos adquiridos.

A todos os amigos que fazem parte do meu convívio, que de uma forma ou de outra me ajudaram em minha trajetória acadêmica, especialmente a Fabiola de Brito Felipe Santos, e Maria do Socorro Santos, e Juliana Ferreira de Lima.

Sou imensamente grata a todos os colegas de curso, da turma 2014.1 principalmente as grandes amigas, Edivânia Paula Gomes de Freitas, Leandra da Silva Santos e Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo, pelo companheirismo vivido no decorrer desses anos.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação, e estiveram comigo durante essa jornada.